

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

RESULTADO DO TESOURO DO ESTADO DO CEARÁ

1º Quadrimestre de 2004

Fortaleza-CE
Julho/2004

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)

SECRETÁRIO

Francisco de Queiroz Maia Júnior

COORDENAÇÃO GERAL

Marcos Costa Holanda - Diretor Geral

ELABORAÇÃO

Francis Carlo Petterini

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av.: General Afonso Albuquerque Lima, S/N

Ed. SEPLAN - 2º andar

60839-900 – Fortaleza-CE

www.ipece.ce.gov.br

ipece@ipece.ce.gov.br

**Tabela 1 – Resultado Primário
Tesouro do Estado do Ceará
Primeiro Quadrimestre de 2004
Valores em R\$ Milhões**

I - RECEITA BRUTA	1.730
Receitas de Transferências	712
FPE	607
Outras	105
Receitas Próprias	1.018
ICMS	875
Outras	143
II- TRANSF. A MUNICÍPIOS	270
III- RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.460
IV- DESPESA NÃO FINANCEIRA	1.115
Pessoal	635
OCC	480
Investimentos	75
Inversões Financeiras	25
Sentenças Judiciais	1
Outras Despesas Correntes	379
V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)	345
Resultado Primário em % do PIB projetado para 2004	1,3

Fonte: Sistema Integrado de Contabilidade do Ceará – SIC.

Elaboração: IPECE, conforme o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF.

RESULTADO PRIMÁRIO DO TESOURO ESTADUAL

No primeiro quadrimestre de 2004 o Governo do Estado do Ceará registrou um Resultado Primário de R\$ 345 milhões¹.

No âmbito da Receita Bruta, que são as Receitas de Transferências mais as Receitas Próprias, o Tesouro do Estado contou com R\$ 1.730 milhões no quadrimestre.

As Receitas de Transferências totalizaram R\$ 712 milhões, dos quais R\$ 607 milhões foram provenientes da cota-parte do Estado no Fundo de Participação dos Estados e Municípios (FPE).

Pelo lado das Receitas Próprias, que totalizaram R\$ 1.018 milhões no quadrimestre, a arrecadação do ICMS resultou num montante de R\$ 875 milhões.

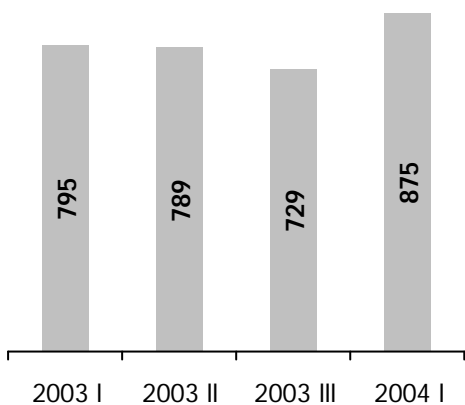
Descontando-se R\$ 270 milhões das Transferências de Receita aos Municípios durante o quadrimestre, chega-se a Receita Líquida do Estado de R\$ 1.460 milhões.

As Despesas Não Financeiras totalizaram R\$ 1.115 milhões no período, formados pelas Despesas com Pessoal (R\$ 634 milhões) e Outras Despesas Correntes e de Capital (R\$ 480 milhões).

Por fim, subtraindo-se as Receitas Líquidas das Despesas Não Financeiras Verifica-se o Resultado Primário do exercício.

¹ Seguindo a estrutura de cálculo do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF.

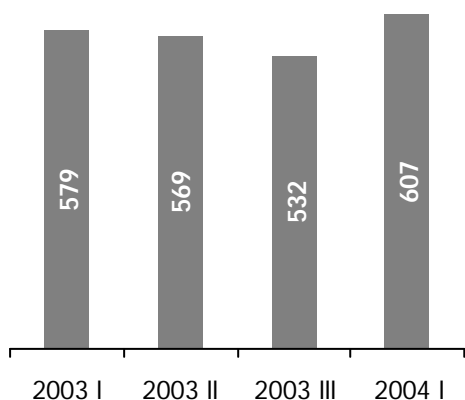
Gráfico 1 – ICMS – R\$ Milhões – Preços Constantes (corrigidos pelo IGP-DI)



Fonte: Sistema Integrado de Contabilidade do Ceará – SIC.

Elaboração: IPECE, ajustado segundo a nova sistemática de apuração do ICMS dada pelo Decreto Nº 27.206 de 07/10/2003. Do ICMS total arrecadado nos quadrimestres de 2003 subtrai-se a liberação do PROVIN feita pelo BEC de cada quadrimestre.

Gráfico 2 – FPE – R\$ Milhões – Preços Constantes (corrigidos pelo IGP-DI)



Fonte: Sistema Integrado de Contabilidade do Ceará – SIC.

Elaboração: IPECE.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

O ICMS e o FPE são as principais fontes de receita do Tesouro do Estado. Juntas, estas duas rubricas representaram 86% da receita bruta do primeiro quadrimestre de 2004.

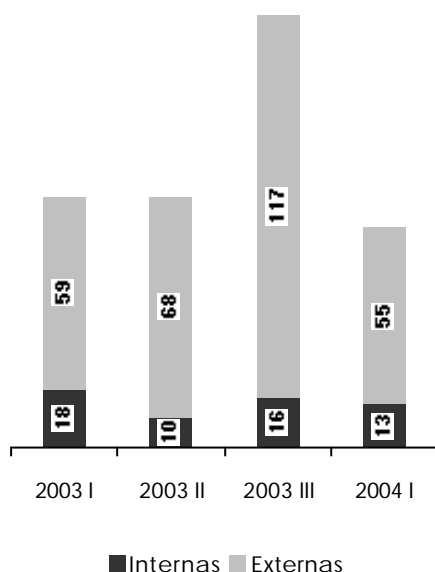
Quando se observa a arrecadação do ICMS em preços constantes, verifica-se um aumento de 10% do primeiro quadrimestre de 2003 (R\$ 795 milhões) para o primeiro quadrimestre de 2004 (R\$ 875 milhões).

No gráfico 1 também nota-se uma tendência de recuperação na arrecadação do ICMS, apesar da queda em 2003/III, refletindo a própria perspectiva de crescimento econômico do Estado em 2004. Aumento que também pode ser parcialmente explicado pela criação do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

Quanto ao FPE, em preços constantes observa-se um aumento de 5% desta transferência da União quando se compara o primeiro quadrimestre de 2003 (R\$ 579 milhões) com o primeiro quadrimestre de 2004 (R\$ 607 milhões).

No gráfico 2 nota-se também que estas transferências sofreram uma queda gradual durante o ano de 2003, em termos reais. Todavia, no primeiro quadrimestre de 2004 verifica-se um movimento de recuperação, mais um reflexo das perspectivas de recuperação das economias nacional e estadual.

Gráfico 3 – Receitas de Operações de Crédito – R\$ Milhões – Preços Constantes (corrigidos pelo IGP-DI)



Fonte: Sistema Integrado de Contabilidade do Ceará – SIC.
Elaboração: IPECE.

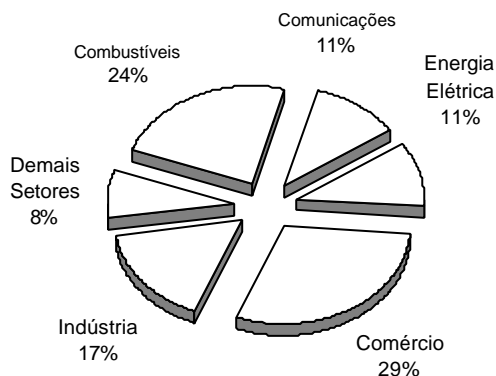
Quanto as Receitas de Operação de Crédito, no primeiro quadrimestre de 2004 seu montante foi de R\$ 68 milhões (R\$ 13 milhões de operações internas e R\$ 55 milhões de operações externas).

Como pode ser observado no gráfico 3, em termos reais as operações de crédito internas sofreram um redução de 28% no primeiro quadrimestre de 2004 em relação ao mesmo período de 2003.

As operações de crédito externas foram reduzidas. No primeiro quadrimestre de 2003 elas foram de R\$ 59 milhões (descontando a inflação) ao passo que no primeiro quadrimestre de 2004 seu volume foi de R\$ 55 milhões, uma redução de 7%.

ICMS POR SETORES

Gráfico 4 – Participação dos setores na arrecadação do ICMS em 2004/I

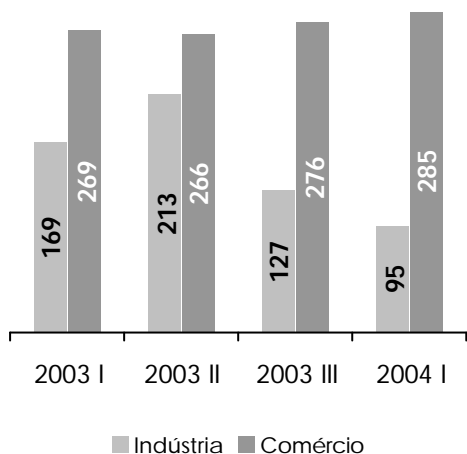


Fonte: SEFAZ.
Elaboração: IPECE.

Conforme ilustra o gráfico 4, no primeiro quadrimestre de 2004, a participação dos setores na arrecadação de ICMS aconteceu da seguinte forma: 29% do total foi proveniente do comércio, 24% do sobre o consumo de combustíveis, 17% sobre a produção industrial, 11% sobre os serviços de comunicações, 11% sobre o consumo de energia elétrica e 6% sobre os demais setores.

Os demais setores citados no gráfico 4 que participam na arrecadação do ICMS são formados pela construção civil, alimentação e alojamento, administração pública, transportes, autos de infração, dívida ativa, microempresa entre outros.

Gráfico 5 – Arrecadação do ICMS sobre o Comércio e a Indústria – R\$ Milhões – Preços Constantes (corrigidos pelo IGP-DI)

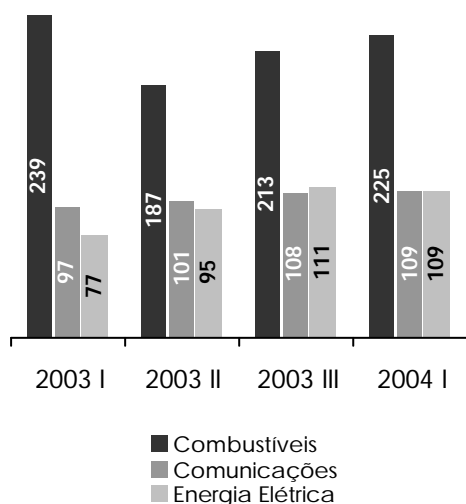


Fonte: SEFAZ.
Elaboração: IPECE.

No comércio a arrecadação do ICMS no primeiro quadrimestre de 2004, em termos reais, teve um aumento de 6% em relação ao primeiro quadrimestre de 2003.

Já na indústria esta análise fica prejudicada em função da alteração na sistemática de apuração do ICMS dos contribuintes inseridos no programa de incentivos fiscais (ver Decreto N° 27.206 de 07/10/03). Apesar da aparente queda de arrecadação no setor, vista no gráfico 5, uma conclusão apropriada sobre a tendência requer uma análise mais cuidadosa.

Gráfico 6 – Arrecadação do ICMS sobre o consumo de combustíveis, sobre os serviços de comunicações e sobre o consumo de energia elétrica – R\$ Milhões – Preços Constantes (corrigidos pelo IGP-DI)



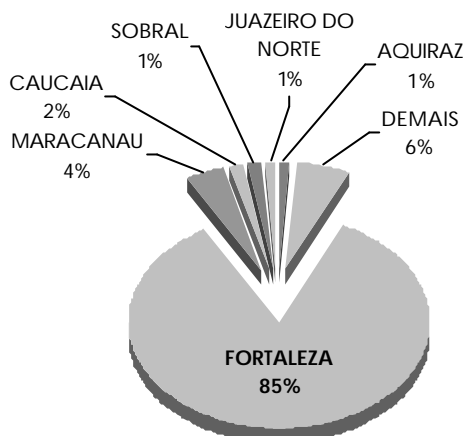
Fonte: SEFAZ.
Elaboração: IPECE.

Já a arrecadação real do ICMS sobre o consumo de combustíveis vem apresentando uma trajetória ascendente desde o segundo quadrimestre de 2003. Todavia, do primeiro quadrimestre de 2003 para o primeiro de 2004 houve uma redução de aproximadamente 6% (de R\$ 239 milhões para R\$ 225 milhões).

Quanto a arrecadação sobre os serviços de comunicações, em termos reais observa-se um aumento entre o primeiro trimestre do ano passado (R\$ 97 milhões) com o primeiro deste ano, quando verificou-se um montante de R\$ 109 milhões.

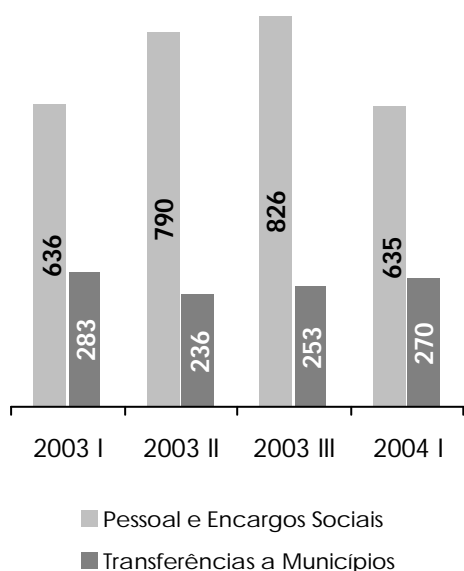
Seguindo um comportamento bastante semelhante da arrecadação nos serviços de comunicações, o ICMS sobre o consumo de energia elétrica cresceu durante 2003, e no primeiro quadrimestre de 2004 alcançou a cifra de R\$ 109 milhões (aumento de 42% em relação ao mesmo período de 2003).

Gráfico 7 – Participação dos municípios na arrecadação do ICMS – 2004/I



Fonte: SEFAZ.
Elaboração: IPECE.

Gráfico 8 – Despesas de Pessoal e Encargos e Transferências a Municípios – R\$ Milhões Preços Constantes (corrigidos pelo IGP-DI)



Fonte: Sistema Integrado de Contabilidade do Ceará – SIC.
Elaboração: IPECE.

ICMS POR MUNICÍPIOS

Do total do ICMS arrecadado no primeiro quadrimestre de 2004, 85% do montante foi realizado no município de Fortaleza.

Em Maracanaú arrecadou-se 4% do ICMS do exercício, em Caucaia 2%, em Sobral, 1% em Juazeiro do Norte 1%, em Aquiraz 1% e 6% na soma dos outros 178 municípios do Estado.

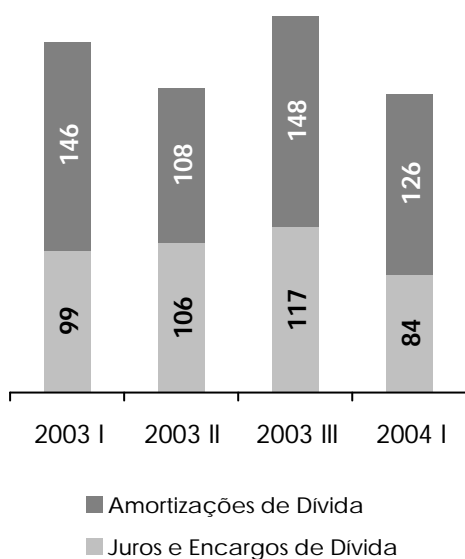
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

As despesas com pessoal e encargos sociais no primeiro quadrimestre de 2004 somaram, em termos reais, praticamente o mesmo montante do primeiro quadrimestre de 2003 (R\$ 636 milhões).

No gráfico 3 também se verifica que a segunda maior conta de despesas do Estado, as transferências a municípios, caíram em termos reais perto de 5% no primeiro trimestre de 2004 em relação ao primeiro de 2003.

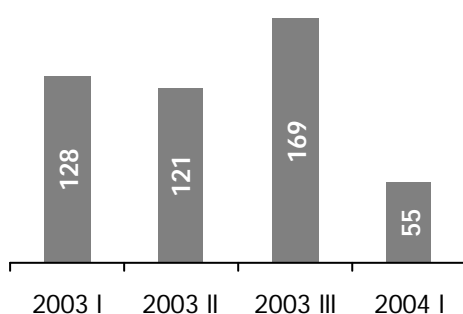
A queda nas transferências a municípios também é explicada pela alteração na sistemática de apuração do ICMS dos contribuintes inseridos no programa de incentivos fiscais, uma vez que são transferências vinculadas a arrecadação.

Gráfico 9 – Despesas com Juros e Encargos e Amortizações da Dívida – R\$ Milhões
Preços Constantes (corrigidos pelo IGP-DI)



Fonte: Sistema Integrado de Contabilidade do Ceará – SIC.
Elaboração: IPECE.

Gráfico 10 – Investimentos – R\$ Milhões
Preços Constantes (corrigidos pelo IGP-DI)



Fonte: Sistema Integrado de Contabilidade do Ceará – SIC.
Elaboração: IPECE.

No que tange ao serviço da dívida pública, observa-se uma queda real de 15% nas despesas com juros e encargos, de R\$ 99 milhões no primeiro quadrimestre de 2003 para R\$ 84 milhões no primeiro quadrimestre de 2004.

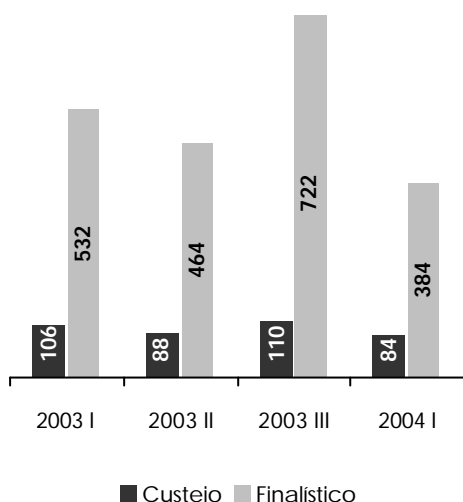
Quanto às amortizações, houve uma queda real de R\$ 146 milhões no primeiro quadrimestre de 2003 para R\$ 126 milhões no primeiro quadrimestre de 2004, equivalente a uma redução de 12%.

No total do serviço da dívida, juros mais amortizações, em termos reais, no primeiro quadrimestre de 2004 se observa o menor montante despendido ao se observar os trimestres de 2003 (R\$ 210 milhões). Todavia, ainda é um serviço muito alto para um Tesouro carente de receitas como é o do Estado Ceará.

Quanto aos investimentos no primeiro quadrimestre de 2004 observa-se uma redução real de 57% em relação ao primeiro quadrimestre de 2003, de R\$ 128 milhões para R\$ 55 milhões.

Este contingenciamento nos investimentos do Governo do Estado pode ser explicado pela cautela frente as condicionantes macroeconômicas e pela pressão no caixa do Tesouro do Estado decorrente da queda de receita observada em 2003 e da elevada conta de serviço da dívida pública.

Gráfico 11- Despesas de Custeio e Finalístico – R\$ Milhões – Preços Constantes (corrigidos pelo IGP-DI)



Fonte: SEPLAN.
Elaboração: IPECE.

O contingenciamento de despesas do Governo do Estado fica claro ao se observar as despesas com custeio e finalístico. No gráfico 11, nota-se que as despesas com custeio (manutenção) foram da ordem de R\$ 106 milhões (em termos reais) no primeiro quadrimestre de 2003, ao passo que no mesmo período de 2004 elas foram de R\$ 84 milhões, uma redução de 21%. Já no caso finalístico, incluindo FDI e Fundef, no primeiro quadrimestre de 2003 as despesas foram da ordem de R\$ 532 milhões, caindo para R\$ 384 milhões no primeiro quadrimestre de 2004. Em termos percentuais, esta redução é equivalente a 28%.

FUNDEF

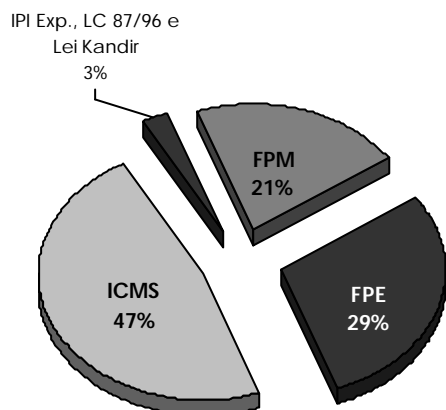
O Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) recebe regularmente uma parte das receitas do Tesouro do Estado, que são denominadas de "aportes". Por outro lado, o Governo do Estado também faz saques regulares do fundo, montantes denominados por "retornos". A diferença entre o aporte e o retorno de um determinado período é denominada "perda" do FUNDEF ao Tesouro do Estado, pois os aportes são maiores que os retornos.

A tabela 2 mostra que, em termos reais, a perda do FUNDEF no primeiro quadrimestre de 2004 foi de R\$ 133 milhões, um aumento de 9% em relação ao primeiro quadrimestre de 2003, o qual pode ser explicado pelo aumento das receitas vinculadas ao fundo.

**Tabela 2 – Perdas do FUNDEF
R\$ Milhões – Preços Constantes
(corrigidos pelo IGP-DI)**

Período	Aporte (A)	Retorno (B)	Perda (A-B)
2003 I	186	62	124
2003 II	180	58	122
2003 III	196	52	144
2004 I	186	53	133

Fonte: SEFAZ.
Elaboração: IPECE.

Gráfico 12 – Origem do Retorno do Fundef por receita vinculada – 2003/I

Fonte: SEDUC.
Elaboração: IPECE.

Dos R\$ 53 milhões de Retorno do Fundef ao Estado no primeiro quadrimestre de 2004, 49% deste montante se originou de uma vinculação direta com a arrecadação do ICMS no período, 29% de vinculações as transferências da União via FPE e 21% via transferências da União para os Municípios (pelo Fundo de Participação dos Municípios – FPM).

As receitas do Tesouro do Estado originadas pelo IPI de Exportações, pela Lei Complementar N.º 87 de 1986 e pela Lei Kandir também foram vinculadas ao Fundef, todavia as três juntas participaram com apenas 3% do montante.

Tabela 3 – Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos do Ceará
R\$ Milhões – Preços Constantes (corrigidos pelo IGP-DI)

	2003/I	2004/I
1. Receitas Previdenciárias Realizadas	134,4	101,1
Contribuição Patronal	93,4	59,7
Contribuição do Servidor Ativo	39,7	40,0
Civil	33,4	33,6
Militar	6,3	6,4
Receitas Patrimoniais	0,1	0,2
Compensações Previd.	1,2	1,2
2. Despesas com Inativos e Pensionistas	135,4	224,1
3. Resultado Previdenciário (1-2)	-1,0	-123,0

Fonte: SEFAZ.
Elaboração: IPECE.

PREVIDÊNCIA DO ESTADO

A tabela 3 apresenta as receitas e as despesas previdenciárias do regime próprio dos servidores públicos do Ceará. Nela verifica-se que as receitas realizadas foram de R\$ 134 milhões no primeiro quadrimestre de 2003 e de R\$ 101 milhões no primeiro quadrimestre de 2004, uma queda em termos reais da ordem de 25%.

Já as despesas com inativos e pensionistas, em valores constantes, foram de R\$ 135 milhões no primeiro quadrimestre de 2003, ao passo que no primeiro quadrimestre de 2004 totalizaram R\$ 224 milhões.

No exercício do primeiro quadrimestre de 2004 o resultado previdenciário foi deficitário na ordem de R\$ 123 milhões, valor que será financiado pelo Tesouro Nacional.

Tabela 4 – Dívida Pública do Ceará
Posição em 30/04/2004 – R\$ Milhões

1. Dívida Interna	2.776
Com o Tesouro Nacional	2.358
Com Bancos Federais	418
2. Dívida Externa	1.627
3. Dívida Flutuante (Curto Prazo)	309
4. Garantias	627
5. Dívida Total (1+2+3+4)	5.339
6. Dívida Consolidada (5-3-4)	4.403
7. Ativos Financeiros (Aplicações)	199
8. Dívida Consolidada Líquida (6-7)	4.204
Dívida Consolidada em % do PIB projetado para 2004	16,1

Fonte: SEFAZ.
 Elaboração: IPECE.

DÍVIDA PÚBLICA

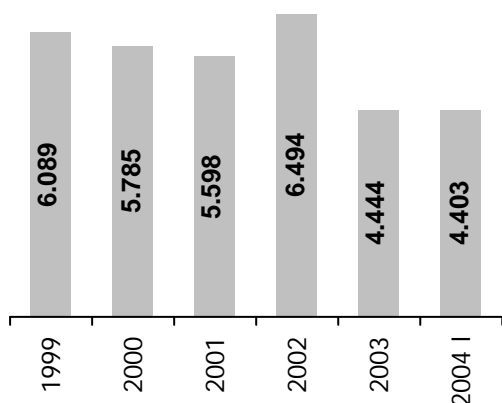
A dívida pública consolidada do Estado do Ceará, soma das dívidas interna e externa, estava no patamar de R\$ 4.403 milhões no final do primeiro quadrimestre de 2004, equivalente a 16,1% do PIB projetado para 2004.

A dívida interna está dividida por dois tipos de credores. O primeiro, e o maior credor do Estado, é o Tesouro Nacional, cuja dívida é de R\$ 2.358 milhões, o que equivale a 85% da dívida interna a 54% da dívida consolidada. O segundo tipo de credor da dívida interna são os bancos federais, num total de R\$ 418 milhões devedores.

Já a dívida externa está no patamar dos R\$ 1.627 milhões, representando 37% da dívida consolidada.

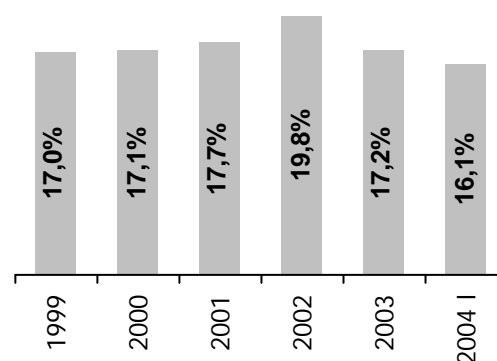
Os gráficos 13 e 14 mostram que a dívida pública consolidada, em termos reais, está no seu menor nível desde o final de 1999.

Gráfico 13 – Dívida Pública Consolidada do Ceará – R\$ Milhões – Preços Constantes (Corrigidos pelo IGP-DI)



Fonte: SEFAZ.
 Elaboração: IPECE.

Gráfico 14 – Dívida Pública Consolidada do Ceará – % do PIB (projetado para 2003 e 2004)



Fonte: SEFAZ.
 Elaboração: IPECE.